



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE**

**LUANA SIQUEIRA BARROS
OCIMARA DOS ANJOS TEDESCO**

**SURDOS E O DIREITO À ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

**SANTARÉM/PA
2022**

**LUANA SIQUEIRA BARROS
OCIMARA DOS ANJOS TEDESCO**

**SURDOS E O DIREITO À ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Oeste do Pará, curso Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Saúde, sob orientação da Prof^a. Thaisy Bentes de Souza.

**SANTARÉM/PA
2022**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

B277s Barros, Luana Siqueira
Surdos e o direito à atenção básica de saúde: desafios e possibilidades / Luana Siqueira Barros, Ocimara dos Anjos Tedesco – Santarém, 2022.
46 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientadora: Thaisy Bentes de Souza
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Saúde Coletiva, Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde.

1. surdo. 2. saúde. 3. assistência. I. Tedesco, Ocimara dos Anjos. II. Souza, Thaisy Bentes de, *orient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 305.9082

Bibliotecária - Documentalista: Mary Caroline Santos Ribeiro – CRB/2 566

**LUANA SIQUEIRA BARROS
OCIMARA DOS ANJOS TEDESCO**

**SURDOS E O DIREITO À ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Oeste do Pará, curso Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, como requisito para obtenção de título de Bacharel em Saúde, sob orientação da Prof^a. Thaisy Bentes de Souza.

Nota: 9,0

Data da aprovação: 18/07/2022



Prof.^a Me. Thaisy Bentes de Souza – Orientadora / Presidente
Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)



Prof. Me. Hector Renan da Silveira Calixto – Membro interno
Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)



Prof.^a Me. Augusto Carlos de Azerêdo – Membro externo
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos professores, Thaisy Bentes de Souza e Wilson Sabino, por todo o auxílio durante a elaboração deste TCC e agradecemos a nossa família pelo apoio durante toda a trajetória do curso.

Eu nasci Surda, cresci Surda, e passei minha juventude e anos da vida Surda. Então quem é o especialista em ser Surdo? O fonoaudiólogo, o médico ou eu?

Julie Rems-Sma

RESUMO

A população Surda representa uma minoria que enfrenta muitas barreiras na acessibilidade quando a questão é o acesso aos sistemas de saúde. Existem muitas falhas na comunicação e na interpretação por parte dos profissionais da saúde, o que aumentam as chances de diagnósticos equivocados, erros de prontuário, constrangimentos, não adesão ao tratamento, sofrimento e insatisfação do usuário. Neste caso, a língua da comunidade surda por ser diferente da Língua Portuguesa não é compreendida pela maioria. Assim, este estudo tem como objetivo verificar quais as dificuldades encontradas pelos Surdos durante os atendimentos de saúde e analisar quais as principais estratégias desenvolvidas e as ferramentas utilizadas na assistência de saúde pelos profissionais. Trata-se de uma pesquisa de análise de conteúdo de cunho qualitativo, usando o método de busca por descritores. Para as análises, foram verificadas estudos e artigos encontrados nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde. E, como resultados, dentre os profissionais da saúde muitos afirmam que já atenderam um paciente com Surdo e que ambos, profissional e o Surdo, sentiram algum desconforto e também alguma insegurança durante o atendimento. Sobre os Surdos, há menção de deixarem de buscar atendimento por medo de não serem compreendidos. A participação de acompanhantes, mesmo sem o domínio de Libras foi umas das estratégias utilizadas, porém não a melhor.

Palavras-chave: Surdo. Saúde. Assistência.

ABSTRACT

The deaf population represents a minority of the Brazilian population that faces many barriers to accessibility when it comes to health care. There are many failures of communication and correct interpretation by health professionals that increase the chances of misdiagnoses, errors in medical records, embarrassment, non-adherence to treatment, suffering and dissatisfaction of the user. This study aimed to verify the difficulties encountered by Deaf people during health care and to analyze the strategies developed and the tools used in the assistance. Method: This is a qualitative, descriptive research, with integrated content analysis. For the argumentation, we analyzed the answers and results of the studies in the articles that were searched in the Scielo, Google Academic and Virtual Health library. And as the results found, among the health professionals, many said they had already seen a patient with deafness and that both, the professional and the Deaf felt some discomfort and also some insecurity in the service and some mentioned that they had already stopped going to the doctor for fear of not being understood or reported some problem, such as pain, discomfort or anguish. And that the participation of companions, even without the mastery of Libras, is the most used strategy, but not the best, as we will see in this study.

Keywords: Deaf. Health. Assistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Linha do tempo do Sistema Único de Saúde (SUS) da deficiência auditiva/surdez.	17
Figura 2 - Alfabeto manual.....	23
Figura 3 - Tecla Closed Caption	24
Figura 4 - Interação através de TILS	25
Gráfico 1 - Estratégias utilizadas para comunicação durante atendimento.....	32
Gráfico 2 - Dificuldades encontradas durante atendimento médico.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Textos encontrados.....	27
Tabela 2 - Recursos Comunicativos utilizados pelos profissionais de saúde.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial da Saúde
Libras	Língua Brasileira de Sinais
RCPD	Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivo	13
1.1.1 Objetivo geral	13
1.1.2 Objetivos específicos.....	13
2 SURDOS, SAÚDE E AS POLÍTICAS NO BRASIL.....	15
2.1 Conceituando o sujeito Surdo e a Surdez	15
3 METODOLOGIA.....	25
4 DESAFIO E POSSIBILIDADES NO ATENDIMENTO À SAÚDE DO SURDO	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

A comunidade surda é uma minoria linguística que sofre com a falta de atendimento eficiente quando necessita dos serviços na área da saúde. E justamente por não ter suas necessidades atendidas, um dos objetivos deste trabalho, é verificar a partir da literatura, quais são os desafios da população surda ao se deparar com os serviços de atenção básica à saúde, as dificuldades que ocorrem durante o atendimento ao Surdo¹ e as estratégias mais utilizadas para a redução destas. Uma das queixas dos Surdos é que eles têm menos oportunidades de acessar informações sobre a prevenção, tratamento ou assistência à saúde de sua própria doença (MAGALHÃES, 2019). Assim, são necessárias intervenções para reduzir essa exclusão e ausência de atendimento eficaz que possa garantir seus direitos de acesso aos serviços de saúde.

Conforme o censo de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil existem 9,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, o que corresponde há 5,1% da população do país e, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2018, 466 milhões de pessoas, 6,1% da população mundial, com algum grau de surdez (OMS, 2018).

A qualidade de vida para as pessoas surdas, ainda precisa ser vista como um aspecto de grande importância em nossa sociedade, pois as pessoas surdas ficam a margem das políticas de saúde. A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 descreve que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua oficial da comunidade surda, assim, as instituições públicas e as empresas de serviços de assistência à saúde devem promover e garantir o atendimento e o tratamento adequados às pessoas com surdez, conforme as normativas legais em vigor. Existe uma Portaria nº 2.073, a partir de setembro de 2004 que garante a cobertura no atendimento a pessoas com surdez no Brasil, na intenção de manter a globalização do acesso, a igualdade, a integralidade e o controle social da saúde auditiva. Mas a ausência de comunicação efetiva entre o profissional de saúde e a pessoa surda, e a necessidade de intermediação pelo acompanhante e intérprete além da falta de preparo dos profissionais no cuidado à pessoa surda, são obstáculos que fazem com que o direito à saúde não seja adquirido de forma integral. A formação de profissionais da saúde é ineficiente pois não envolvem competências e habilidades relacionadas ao cuidado à saúde da pessoa surda.

¹ Há um acordo tácito entre partidários de novas configurações identitárias na área em grafar o termo Surdos com letra maiúscula sempre que estiver em foco o debate em torno do sujeito e suas diferenças culturais, e a expressão surdez, com letra minúscula, quando a discussão envolver aspectos clínico-terapêuticos relacionados à perda auditiva e a deficiência. Adotaremos, neste texto, essa convenção. (FERNANDES, 2011, p. 7)

Estes profissionais, não são capacitados para prestar assistência específica e atendimento individualizado para esta população e na prática, sentem-se inseguros e constrangidos devido à dificuldade de comunicação pela falta de uma formação adequada e por não saberem a Libras (OLIVEIRA, 2015).

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD), foi instituída pela Portaria no 793, de 24 de abril de 2012 (Ministério da Saúde, 2012), é uma rede a ser implantada nas regiões de saúde do país. O cuidado à saúde deverá ser integral e centrado nas necessidades das pessoas Surdas, com estratégias direcionadas para o funcionamento desse atendimento. Ao ofertar serviços com base nas necessidades da população Surda e do território sanitário, constitui-se um modelo de atenção voltado à população que fica restrita de alguma forma. Essa rede de cuidados inclui pessoas com deficiências motora, visual, auditiva, intelectual e outras deficiências. A portaria instituidora dessa Rede é do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência que promove ações inclusivas no âmbito de educação, trabalho, acessibilidade e saúde. Na Saúde, o objetivo dessa rede de implantação e qualificação a atenção à pessoa com deficiência é por meio da organização de uma rede de cuidados integrais no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A rede deverá funcionar com a interação de todos os componentes: a população e território sanitário definidos e a estrutura operacional que oferta serviços de saúde.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015, garante à participação dos Surdos na elaboração de políticas a elas destinadas. Nesse sentido, existem estudos que visam a perspectiva dos Surdos sobre seu próprio processo de cuidado. Também, neste estudo abordaremos a importância da inclusão à educação, sendo que a escolarização dos alunos Surdos deve iniciar desde a infância, pois crianças surdas desde cedo são expostas à língua falada através dos relacionamentos interpessoais, da própria escola e pela linguagem que a criança já traz de casa e a escola é considerada o lugar de excelência para aquisição de valores culturais (ARAGON, 2015). Desse modo, é necessário capacitar professores para que em sua formação em Libras e na abordagem com o Surdo, se torne eficiente o ensino-aprendizagem.

Logo, este estudo segundo sua relevância temática, poderá contribuir para a formação acadêmica de graduação nas áreas relacionadas ao cuidado e à saúde e também de pessoas surdas nos diferentes contextos de atenção básica, que beneficiará essa população, pois contribui para um atendimento mais inclusivo e integral. Diante disso, para o estudante da área de saúde a importância é sobre a consciência em ter formação para saber lidar com as especificidades da população Surda.

Seguindo esta introdução objetivos e justificativa, no item 2 o referencial teórico apresenta Surdos, Saúde e as Políticas no Brasil, o Conceito de Surdo e Surdez. No item 3 a

Metodologia e no item 4 o Desafio e as Possibilidades no Atendimento à Saúde do Surdo. Finalizando com as Considerações Finais e por último as Referências.

1.1 Objetivo

1.1.1 Objetivo geral

Identificar na literatura entre 2010 e 2021 quais são as principais dificuldades encontradas por Surdos quando estes necessitam de um serviço na área da saúde e quais as possibilidades de melhoria.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar as dificuldades e obstáculos enfrentados do atendimento ao Surdo no sistema de saúde em textos publicados nos anos de 2010 a 2021;
- b) Verificar a inclusão educacional e a população de Surdos no Brasil a partir da legislação vigente;
- c) Refletir sobre a assistência ao Surdo na área de saúde como fator de inclusão social.

1.2 Justificativa

Com a rapidez da evolução tecnológica, da exigência do rápido e eficiente atendimento aos serviços públicos e privados na área da saúde, cada vez mais os serviços estão preconizando o maior número de atendimento à população para que se possa suprir a necessidade das demandas. De certa forma, a presteza de serviços em atender uma quantidade significativa de pessoas é uma preocupação dos sistemas de saúde, pois as esperas nas filas, a aglomeração nos locais, isso tudo tem um efeito negativo para todos, tanto para o colaborador e a empresa ou serviço de saúde, como para o paciente.

Desse modo, este estudo está voltado para o saber como atender melhor os Surdos, considerando o que a legislação vigente preconiza sobre direitos e atenção especial a esse público. No caso, se configura como um obstáculo para quem atende e para quem recebe o

serviço. Assim, pretende-se analisar quais as principais dificuldades que os Surdos encontram quando solicitam um serviço e um atendimento na área da saúde, a partir de estudos e pesquisas durante o período 2010 a 2021.

E buscando responder quais são as principais dificuldades encontradas durante o atendimento aos Surdos, em que pretende-se estudar quais são os desafios da população Surda ao se deparar com os serviços de atenção básica à saúde e de que maneira o serviço pode ser melhorado para que o Surdo seja atendido em sua integralidade, será feita uma pesquisa qualitativa para analisar as dificuldades encontradas tanto pelos profissionais da saúde como pelos Surdos, bem como fatores dificultosos durante o atendimento e também sugerir novas pesquisas para promover uma melhor assistência e atendimento na integralidade para os Surdos.

Este trabalho tem valor para os acadêmicos da área da saúde considerando que existem poucos estudos relacionados aos atendimentos a pessoa surda, o que poderá também servir de base para aqueles que estão ingressando nos cursos das ciências da saúde. E para a universidade, tem-se a possibilidade de realizar novas pesquisas baseados nas necessidades desta população, que envolvem a taxa de crescimento desta demanda cada vez mais no Brasil e em outros países.

O interesse pessoal para a realizar o trabalho com essa temática surgiu pelo fato de encontrarmos Surdos em determinados momentos de nossas vidas e não conseguir nos comunicar com eles. Diante disso, percebemos que havia uma barreira para um diálogo entre nós e eles. A partir dessa percepção, passamos a refletir sobre o que acontece quando os Surdos buscam suprir suas necessidades de saúde.

2 SURDOS, SAÚDE E AS POLÍTICAS NO BRASIL

Neste capítulo abordaremos as políticas e normativas desenvolvidas a partir de decretos para a população surda, e quais os meios que são utilizados para que ocorra um atendimento integral que possa suprir as necessidades de saúde desta demanda. Também será visto quais são as principais leis federais que são seguidas conforme os decretos.

2.1 Conceituando o sujeito Surdo e a Surdez

A audição humana ocorre na orelha e é dividida em três partes: orelha externa, média e interna. A audição inicia com a captação das vibrações dos sons pela orelha externa, esses sons são transportados pelo pavilhão e pelo canal auditivo até o tímpano. Para verificar a perda auditiva é preciso fazer o exame audiológico, realizado por um fonoaudiólogo em que verificará os graus de perda auditiva que podem ser diagnosticados como normal 0 a 25 decibéis, leve 25 a 40 decibéis, moderada 41 a 70 decibéis, severa 71 a 90 decibéis e profunda acima de 90 decibéis. Assim, para Sales (2010) a definição de surdez é

[...] o indivíduo com incapacidade auditiva é aquele cuja percepção de sons não é funcional na vida comum. Aquele cuja percepção de sons ainda que comprometida, mas funcional com ou sem prótese auditiva, é chamado de pessoa com deficiência auditiva (SALES et al., 2010, p. 20).

Entretanto, a definição de deficiência auditiva faz referência a limitação ou impedimento auditivo e a definição de surdez, enquanto Surdo é aquele que tem apenas uma diferença linguística e uma diferença cultural. Após essa diferença a classificação entre um sujeito Surdo e com deficiência auditiva, o termo “surdez” ou a expressão “pessoa surda”, começam a serem utilizados. O sujeito Surdo tem a capacidade de aprender e se desenvolver, mesmo com a sua particularidade linguística e cultural (ARAGON et al., 2015).

A denominação deficiente auditivo exprime a perspectiva medicalizada a respeito dos indivíduos que se comunicam através da dinâmica visual-gestual e traz à tona a segregação linguística proporcionada pela hegemonia da linguagem oral. Nesse sentido, desconsideram-se as pactuações gestuais, diversidade e versatilidade comunicativa própria da língua dos Surdos (que nada mais são do que pessoas com particularidades de interação em vivência na sociedade) (GESSER, 2009). Segundo Skliar (2015), a concepção deficiência se contrapõe ao

convencionalmente estabelecido como normal e evidencia um discurso que reduz a identidade do indivíduo à ausência/falta de algo.

A visão de incompletude incapacitante da designação anteriormente mencionada, se estende de modo a implicar nas restrições dos espaços institucionais aos quais o sujeito Surdo tem o direito de ocupar enquanto cidadão, como é o caso do ambiente educacional. Tal fato reafirma então a lógica excludente da necessidade de adequação linguística do Surdo ao mundo ouvinte (SKLIAR, 2015).

Existem duas concepções de surdez consideradas neste estudo: são a orgânico-biológica que é baseada na habilitação ou reabilitação do aparelho auditivo, aprendizagem e no desenvolvimento de uma linguagem auditivo-oral, da oralidade e da fala, e a concepção socioantropológica: baseada na linguística, valorizando o desenvolvimento da linguagem visuo-gestual por meio de sinais e o bilinguismo (SOLEMAN, 2021), conforme a figura 1 mostra.

Figura 1. Concepções de Surdez



Fonte: Soleman et al (2021)

Na perspectiva orgânico-biológica², a surdez é uma incapacidade do indivíduo aos estímulos sonoros, a privação sensorial causada por diferentes fatores do desenvolvimento

²Em outros artigos, como o de Bisol e Sperb (2010) essa perspectiva recebe a nomenclatura “clínico-terapêutica” que tem a noção de deficiência como central.

humano. Alguns estudos pensam que com o treino das habilidades auditivas, todos os indivíduos Surdos possam atingir a fala. Os Surdos usam a língua de sinais, as estratégias sociais como o despertador que vibra, a campainha que aciona a luz, o uso de mensagens visuais e de texto, a educação bilíngue e vários outros mecanismos. Por isso é importante considerar as peculiaridades dos Surdos para possibilitar o desenvolvimento da cognição, da subjetividade, da expressividade e da cidadania (SOLEMAN et al., 2021).

No meio social dos Surdos existem ouvintes que usam a língua de sinais, o que não é uma interação social de igualdade, que aproxima os Surdos de outras culturas. Dessa forma, disponibilizar à língua de sinais acaba por oferecer uma possibilidade que é seu direito para auxiliar na sua deficiência. A identidade do Surdo se estabelece à presença em existir no mundo como “falante”, de constituir sua própria subjetividade pela linguagem nas suas relações sociais (SOLEMAN et al., 2021).

O Surdo compreende e interage com o mundo por meio de situações visuais e se expressa pelo uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Mediante essa realidade, foi regulamentado o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que insere esse público no Sistema Único de Saúde (SUS) e nas empresas de serviços públicos de assistência à saúde, devendo assim existir, profissionais capacitados para o uso de Libras e a presença de tradutores e interpretes.

No Brasil, a língua de sinais é oficializada em 2002, pela Lei nº 10.436 de 24 de abril, mas já era utilizada antes pelos Surdos. A história da educação de Surdos iniciou com Dom Pedro II porque, o Príncipe Luís Gastão de Orléans, marido de sua segunda filha, a princesa Isabel, era quase Surdo. Ernest Huet, um professor Surdo francês e sua esposa chegam ao Brasil, em 1855, para fundar uma escola para Surdos, através do convite de Dom Pedro II. Em 1857 é fundado o INES, segundo a legislação da fundação,

[..] quando a Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, denominou-o ‘Imperial Instituto de Surdos-Mudos’ (...), o artigo 19 do Decreto nº 6.892 de 19-03-1908, mandava considerar-se o dia 26 de setembro como a data de fundação do Instituto, o que foi ratificado pelos posteriores regulamentos, todos eles aprovados por decretos. Inclusive o Regimento de 1949, baixado pelo Decreto nº 26.974, de 28-7-49 e o atual, aprovado pelo Decreto nº 38.738, de 30-1-56, (publ. No D.º de 31-1-56), referindo à denominação de ‘Instituto Nacional de SurdosMudos’ (...) Tal instituição viu seu nome modificado recentemente pela Lei nº 3.198, de 6-7-57 (publ. No D.º de 8-7- 57), para ‘Instituto Nacional de Educação de Surdos’ [...]. (DORIA, 1958, p.171).

A língua de sinais no Brasil ainda não era oficial e não era ainda entendida como uma língua, mas a partir da Constituição Brasileira de 1988, o Brasil começa a atuar na área da educação especial e os Surdos ganham atenção até a acessibilidade e a inclusão torna-se prática.

Portanto, a Constituição Federal de 1988, nos artigos 205 e 208, bem como a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, nos artigos 4^a, 58, 59 e 60, garantem às pessoas surdas o direito de igualdade de oportunidade educacional. A Constituição criou possibilidades e isso inclui as necessidades de acessibilidade e inclusão educacional e social. A Lei que refere à educação de todas as pessoas com deficiência, é a de número 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Conforme a lei nº 10.098/00 destacamos o artigo 18: para a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, língua de sinais e de guia intérpretes para a pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (MORI et al., 2015).

A educação inclusiva, considerando o ensino bilíngue, caracteriza-se pela língua dos Surdos que é a Libras, as aulas sejam ministradas na língua viso-gestual (Língua de Sinais) e na modalidade escrita da língua portuguesa. Assim o Ministério da Educação e Cultura (MEC), descreve que aos alunos com Surdez deve ser promovida a educação em três etapas distintas:

- Momento do Atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum, em que todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares, são explicados nessa língua por um professor, sendo o mesmo preferencialmente Surdo. Esse trabalho é realizado todos os dias, e destina-se aos alunos com surdez. - Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras na escola comum, no qual os alunos com surdez terão aulas de Libras, favorecendo o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos. Este trabalho é realizado pelo professor e/ ou instrutor de Libras (preferencialmente Surdo), de acordo com o estágio de desenvolvimento da Língua de Sinais em que o aluno se encontra. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua de Sinais. - Momento do Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa, no qual são trabalhadas as especificidades dessa língua para pessoas com surdez. Este trabalho é realizado todos os dias para os alunos com surdez, à parte das aulas da turma comum, por uma professora de Língua Portuguesa, graduada nesta área, preferencialmente. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da Língua Portuguesa (BRASIL, 2007, n.p.)

Para a abordagem de sala de aula, o mais próximo a realidade dos alunos, que fizessem o uso de materiais concretos, mapas conceituais, maquetes e imagens, todos os recursos que facilitem o aprendizado de conceitos e conteúdos ministrados para os Surdos (ARAGON et al., 2015).

Recentemente a Lei de Diretrizes e Bases foi atualizada através da lei nº 14.191/21 que trata sobre a educação bilíngue de Surdos, considerando a Libras sua primeira língua e o português como sua segunda língua na formação em instituições que atendam aos Surdos,

abrangendo desde os primeiros anos de vida e estendendo-se aos anos posteriores. A lei também prevê suporte de professores com especialização adequada, além de materiais didáticos que auxiliem no aprendizado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no decreto 9.394/96 (BRASIL, 1996) foi atualizada pela lei no 12796/13, no artigo 37, que pretende assegurar aos alunos em seu currículo os recursos, métodos e organização específicos para atender às necessidades de seus alunos. Também, o Decreto no 5.626/05 (BRASIL, 2005) normativa a Lei Libras no 10.436/02 em que o ensino de português como segunda língua para alunos e a educação bilíngue no ensino, a formação do professor, instrutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) define a educação especial e o aluno com deficiência auditiva. A Resolução nº 4, de abril de 2009 (BRASIL, 2009), institui Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado e intérprete de Libras, com a finalidade de garantir o acesso do aluno Surdo a educação integral.

O cuidado à saúde do Surdo, é regido o direito pela Constituição Federal de 1988, que apoia às pessoas portadoras de deficiência, para a área da saúde e ações preventivas de serviços especializados em reabilitação e habilitação e os programas de saúde voltados para este público (ARAGON, et al.,2015).

No intuito de promover a redução do número de deficiência no país e garantir a atenção justa e integral, o Ministério da Saúde instituiu o Programa de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, que também foi editado um conjunto de portarias e normas, que incluíram os procedimentos de reabilitação ambulatorial e hospitalar no SUS, regulamentando a concessão de órteses e próteses (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1993).

Em 2006, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência lança os direitos aos usuários portadores de deficiência auditiva, através do Decreto Lei no 5.626 de 2005, que garante o direito à saúde dos Surdos ou com deficiência auditiva determinando que seja organizado o atendimento a esse público na rede de serviços do SUS.

Os pacientes Surdos buscam o sistema de saúde com menos frequência pois tem o medo, a desconfiança e a frustração. Assim, a importância dos profissionais da saúde que possibilite uma ótima comunicação durante o atendimento. Essa comunicação se dá usando-se a linguagem verbal, mas existem outras formas de comunicação, como a Libras, que é a língua oficial da população surda brasileira (TEDESCO et al.,2013).

Surge então, a lei às instituições públicas e à sociedade de modo geral para proporcionar meios em que a inclusão social na prática se estabeleça, auxiliando de fato o público Surdo com

a finalidade de atender de forma integral essa população. Logo, a importância do Art. 3º da Lei Federal nº 10.436/02, descrito a seguir:

As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor (Ministério da Educação e cultura, 2002, p.15).

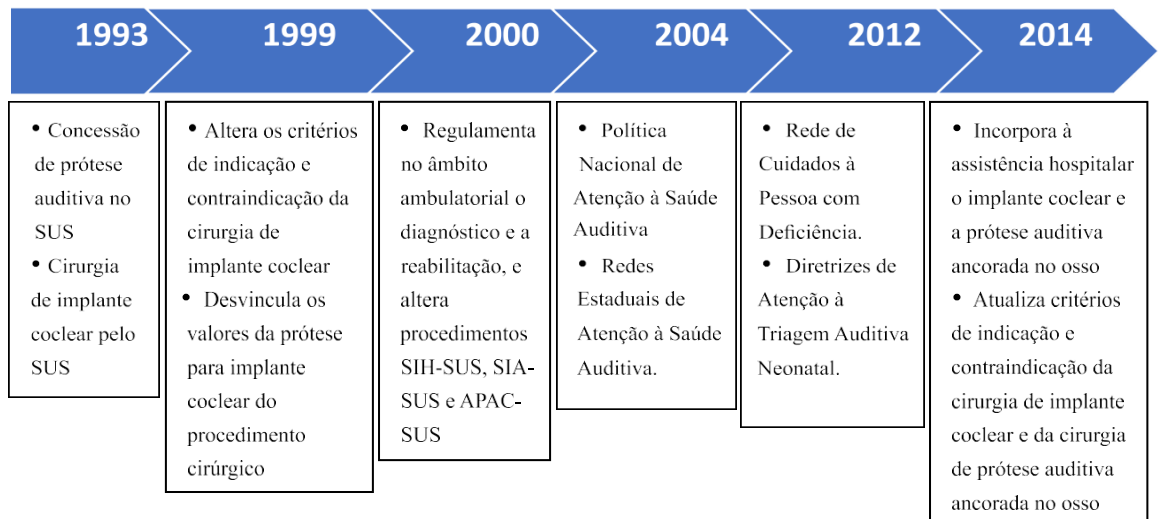
A linguagem é um instrumento aos Surdos que deve ser garantida, portanto, conviver com essa diferença, é essencial à sociedade e também ao adequado atendimento na área da saúde para os Surdos, diante de suas necessidades, superar esta barreira de comunicação, torna-se indispensável para todos que convivem com Surdos possam garantir uma assistência de melhor qualidade (CHAVEIRO et al., 2013).

Em relação as políticas públicas ao Surdo, o Ministério da Saúde instituiu o Programa de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, que incluíram os procedimentos de reabilitação ambulatorial e hospitalar no SUS, regulamentando a concessão de órteses e próteses. Na Figura 1, o SUS define o tratamento da deficiência auditiva e surdez a partir de 1993, com objetivo à inclusão para a assistência e a reabilitação da função auditiva de aparelhos de amplificação sonora individual (AASI) e cirurgia de implante coclear.

As duas normas de 1999 apenas regulamentam os critérios para a prescrição das ações clínico-terapêuticas mantendo a concepção orgânico-biológica como centro da política pública.

Em 2000, a regulamentação, no âmbito ambulatorial, do diagnóstico, adaptação com o direcionamento de recursos financeiros para o diagnóstico e a concessão de AAS e terapia fonoaudiológica com ações de saúde auditiva na atenção básica eram realizados esporadicamente. Em 2004, foi instituída a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva (PNASA), para o desenvolvimento de estratégias de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação em todos os níveis. Segue abaixo, na figura 1 a linha do tempo,

Figura 1. Linha do tempo do Sistema Único de Saúde (SUS) da deficiência auditiva/surdez.



Fonte: Soleman et al., 2021

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD), formada em 2012, traz como diretrizes: garantia de autonomia e independência às pessoas com deficiência para terem acesso e de qualidade dos serviços. Neste mesmo ano foi desenvolvida a Triagem Auditiva Neonatal, que tem por finalidade a identificação precoce da deficiência auditiva nos neonatos, com o objetivo de encaminhá-los para o diagnóstico e posteriores intervenções. As políticas de 2014 também são pautadas na concepção orgânico-biológica, para a reabilitação da função auditiva no SUS. As diretrizes gerais, aumentam e incorporam procedimentos para a atenção especializada e cirurgia de implante coclear, e estabelecem os critérios de indicação e contraindicação da cirurgia de prótese auditiva nos serviços habilitados pelo SUS (SOLEMAN et al., 2021).

Entre as tecnologias de comunicação com a pessoa surda estão o alfabeto manual, os recursos tecnológicos criados pelas produtoras de materiais audiovisuais e a Libras.

O alfabeto manual brasileiro, conforme figura 2 abaixo é composto por 27 formatos que são utilizados para soletrar manualmente as palavras, sendo considerado como um recurso aos falantes da língua de sinais. Não é considerado uma língua, e sim um código de representação das letras alfabéticas que tem uma função de interação entre os usuários da língua de sinais, pois permite soletrar nomes de lugares e pessoas que ainda não tenham sinal (GESSER, 2009).

Figura 2. Alfabeto manual

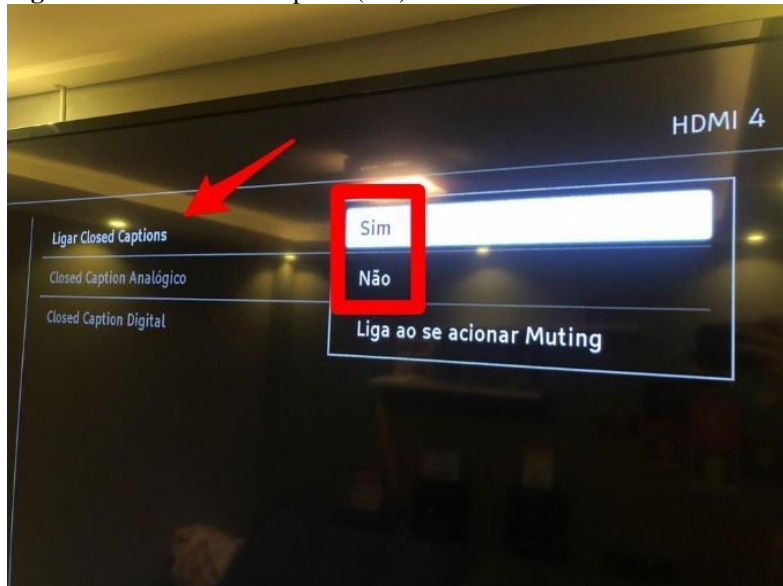


Fonte: Google imagens (2022)

A Lei nº 10.098/2000³ que decreta que as emissoras e produtoras de audiovisuais usem o recurso como o *closed caption* ou a legenda oculta para a inclusão ao público Surdo. Essa lei também garante a permissão do uso da LIBRAS nos programas de TV, na pretensão de possibilitar o acesso dos Surdos às informações veiculadas na mídia, em que é possível já nas TVs acopladas ao controle remoto, nos canais de youtube, a tecla da opção de legendas, conforme figura abaixo,

³Lei nº 10.098/2000 refere-se à acessibilidade e padronização de recursos como o *closed caption* e a legenda oculta para pessoas com deficiência auditiva. Os “os serviços de radiodifusão sonora e de sons e de imagens adotarão planos de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento”.

Figura 3. Tecla Closed Caption (CC)



Fonte: Martins (2010)

Esses instrumentos, cada vez mais sugerem um apelo visual, com a utilização de imagens e signos visuais que podem se tornar uma grande ferramenta para o desenvolvimento do letramento e a criação de oportunidades de uso do Português pelos Surdos, pois é através destes meios de comunicação que o Surdo entra em contato com o mundo linguístico e pode construir conhecimentos por intermédio destes recursos (MARTIS, 2010).

A Libras – Língua Brasileira de Sinais, é uma sigla reconhecida oficialmente através da Lei nº 10.436 de 24/04/2002. Esta Lei reconhece a Libras como meio oficial de comunicação e expressão, no sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria das pessoas surdas, determinando que o Poder Público e as empresas concessionárias de serviços públicos busquem formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão da mesma. Além, de garantir a inclusão do ensino da Libras como componente integrante curricular nos PCNs e nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior (BRASIL, 2002).

Os Tradutores e Intérpretes da Língua de Sinais são fundamentais para a interação entre Surdos e ouvintes que não dominam a língua de sinais, os intérpretes favorecem a comunicação entre eles. No entanto, aceitar a afirmação de que o intérprete é a ‘voz’ do Surdo, configura uma crença de que o Surdo não tem língua, e isso sabemos que não é verdade (GESSER, 2009). A figura 4 representa um momento de interação entre Surdo e ouvinte:

Figura 4: Interação através do TILS



Fonte: Google imagens (2022)

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão da literatura com abordagem qualitativa. Segundo o autor Lakato e Marconi (2010), a abordagem qualitativa é uma forma de analisar e interpretar aspectos de forma mais séria, que descreve a complexidade do comportamento humano como: subjetivos, crenças, valores, opiniões, fenômenos e hábitos e auxiliando em análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento, que comprova através pesquisa qualitativa que esta, é baseada nos processos e no significado.

E para a estruturação da pesquisa compreende-se que deve ser utilizada por haver interesse na situação individual do tema. Segundo Minayo:

O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008, p.57).

As pesquisas ocorreram nas seguintes plataformas de busca eletrônica avançada: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico utilizando-se dos descritores “Surdos, saúde e assistência”. Estas plataformas foram utilizadas, pois elas reúnem referências essenciais para a elaboração de pesquisas científicas em diversas áreas e a BVS possui referências direcionadas à saúde, o que a torna uma base de dados importante para este trabalho.

O levantamento bibliográfico foi realizado de textos publicados entre o período de 2010 a 2021. Para a seleção dos artigos foi realizada a leitura sistemática iniciando pela relevância inicialmente nos títulos, em seguida nos resumos e, por último, na revisão do texto completo. Os textos selecionados a partir da leitura dos títulos compreendem trabalhos de acesso livre, disponíveis em português e publicados durante o período de 2010 a 2021.

As buscas ocorreram em três momentos. No primeiro, utilizou-se dos descritores “Surdos e Saúde” na base de dados SciELO, foram encontrados 59 resultados, destes foram selecionados 8 artigos que se relacionavam com o tema, detalhados na tabela 1.

O segundo momento, ocorreu na BVS utilizando os descritores “Surdos, saúde e assistência” e os filtros: Texto completo; Base de dados: LILACS, MS; Assunto: Surdez, Pessoas com deficiência auditiva, Língua de Sinais; Idioma: Português; Ano: 2010 a 2021. Foram encontrados 16 resultados e apenas 03 foram selecionados. Os 13 textos restantes foram excluídos dos textos duplicados, em inglês e indisponíveis para leitura.

Por fim, foi utilizado o Google Acadêmico apenas para buscar 04 textos de interesse que não estavam disponíveis nas plataformas já citadas. Para a busca, foram utilizados os descritores “Surdos, saúde e assistência”, e a partir do momento em que os textos foram encontrados, os mesmos foram selecionados e incluídos na tabela 1.

Tabela 1: Textos encontrados

Textos	Ano	Título	Autor	Plataforma
01	2021	Políticas de saúde e concepções de surdez e de deficiência auditiva no SUS: um monólogo?	SOLEMAN, Carla; BOUSQUAT, Aylene	SciELO
02	2020	Meu Sonho É Ser Compreendido”: Uma Análise da Interação Médico-Paciente Surdo durante Assistência à Saúde	PEREIRA, Antônio Augusto Cláudio et al.	SciELO
03	2020	Fragilidade na formação dos profissionais de saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais: reflexo na atenção à saúde dos Surdos.	MAZZU-Nascimento, Thiago et al.	SciELO
04	2017	Conhecimento de Libras pelos Médicos do Distrito Federal e Atendimento ao Paciente Surdo	GOMES, Letícia Ferreira et al.	SciELO
05	2015	Conhecimento e fonte de informações de pessoas surdas sobre saúde e doença	OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de et al.	SciELO
06	2015	Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos Surdos	OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de, CELINO, Suely Deysny de Matos e COSTA, Gabriela Maria Cavalcanti	SciELO
07	2013	Desafios da prática do acolhimento de Surdos na atenção primária.	TEDESCO, Janaina dos Reis e JUNGES, José Roque	SciELO
08	2010	Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido.	BISOL, Cláudia e SPERB, Tania Mara	SciELO
09	2019	Validação de tecnologia em libras para educação em saúde de Surdos.	MAGALHAES, Isabella Medeiros de Oliveira et al .	BVS
10	2018	Como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário Surdo.	SOARES, Imaculada pereira et al.	BVS
11	2017	Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência.	NOBREGA, J. D.; MUNGUBA, M. C.; PONTES, R. J. S.	BVS
12	2016	A percepção do Surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde.	PIRES, Hindhiara Freire; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre.	Google Acadêmico
13	2019	A dificuldade no atendimento médico às pessoas surdas.	COTTA, Bruna Stefane Silva et al.	Google Acadêmico
14	2016	Atendimento aos Surdos nos serviços de saúde: acessibilidade e obstáculos.	NEVES, Dayane Bevilaqua; FELIPE, Ilana Mirian Almeida; NUNES, Serlyjane Penha Hermano.	Google Acadêmico
15	2015	Estratégias de comunicação como dispositivo para o atendimento humanizado em saúde da pessoa surda.	NASCIMENTO, Gicélia Barreto; DE OLIVEIRA FORTES, Luciana; KESSLER, Themis Maria.	Google Acadêmico

Fonte: as autoras (2022).

No capítulo seguinte, discutimos sobre as análises dos respectivos textos. Os conteúdos foram realizados a partir de uma leitura sistemática comparando com os documentos preconizados pelo Ministério da Saúde, Ministério da Educação e da legislação vigente.

4 DESAFIO E POSSIBILIDADES NO ATENDIMENTO À SAÚDE DO SURDO

Alguns dos principais autores como Cavagna (2017), foram importantes para verificar como ocorrem as vivências no sistema de saúde, o autor Martins (2010), descreveu como é importante a relação entre a educação e inclusão de Surdos, Mori (2015), em seus estudos relata como é a inclusão dos Surdos na prática. O autor Neves (2016), descreve a importância do atendimento aos Surdos na área da saúde. Nos estudos de Oliveira (2016), como ocorre a comunicação entre os Surdos e o profissional da enfermagem durante o atendimento. E em Oliveira (2019), demonstra como um aplicativo pode inserir os Surdos na educação e atendimento na saúde.

Para os estudos de Pires (2016), foi importante o estudo porque demonstrou a percepção deste sobre o atendimento nos serviços de saúde. Os estudos de Soleman (2021), verificaram a importância da deficiência auditiva no SUS. E para Tedesco (2013), sobre os desafios da prática do acolhimento de Surdos na atenção primária. Além dos sites da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde que foram muito importantes para a fundamentação teórica deste trabalho.

A partir da análise dos textos, foi possível perceber que as dificuldades encontradas no cotidiano dos Surdos são muitas e nos mais variados contextos e situações do viver e do conviver, conforme foi possível analisar nos estudos de Soleman (2021). Essas dificuldades estão relacionadas a barreira comunicacional que se apresenta entre os Surdos e os profissionais de saúde, que dificulta a compreensão dos problemas de saúde dos Surdos, comprometendo o diagnóstico e o tratamento dos mesmos (GOMES et al., 2017). É importante lembrar que a pessoa surda é um indivíduo igual a qualquer um, porém, possui maneiras diferentes de compreender o mundo. Assim, como todo ser humano, todo Surdo tem suas potências e forças que vem do interior de cada pessoa, podem ser cooperativos ou não. Os limites que cada um desempenhará, são um mecanismo de sobrevivência diante de situações cotidianas (OLIVEIRA et al., 2016).

A formação para um atendimento mais eficiente à saúde da pessoa surda tem como base a comunicação efetiva que é o alicerce para a interação entre essas pessoas e os profissionais da saúde no processo entre a saúde, doença e atendimento. Para garantir a integralidade do cuidado à saúde da pessoa surda, é necessária uma comunicação através do uso da Libras, como foi verificado nos estudos de Oliveira (2015), este mesmo estudo aponta que os recursos que os profissionais mais utilizam para se comunicar com os Surdos são a escrita, a linguagem verbal, a mímica, os gestos e a leitura labial. Através da comunicação que se expõem o pensar e o sentir

que demonstra a necessidade que a pessoa tem naquela situação e prioridades (SOARES et al., 2018).

Entretanto, o número de profissionais da saúde que se comunicam através da Libras é bem reduzido (Oliveira, 2015) e as formações como cursos e especializações, também ainda são pouco difundidas e sem acesso a muitos locais, o que dificulta ainda mais o processo de atendimento para os Surdos que não possuem acompanhantes e dependem unicamente de si mesmo para ir as consultas.

Desse modo, os profissionais de saúde que não tem esse preparo para se comunicar por meio da Libras, buscam outras formas de interação para se comunicar com os usuários com surdez como, por exemplo, por meio da escrita e dos gestos ou a leitura labial através do movimento dos lábios (PIRES et al., 2016). Para diminuir esses obstáculos em relação à comunicação é necessário buscar mecanismos que possam garantir um entendimento recíproco e oferecer uma assistência de qualidade. A Libras promove uma competência ao profissional de saúde no que diz respeito ao entendimento sobre uma comunicação eficiente, com essa população em sua integralidade (CAVAGNA et al., 2017).

Os graduandos da área da saúde poderão aprender sobre a inclusão e o reconhecimento e as especificidades da população Surda durante sua formação acadêmica e também analisar que aprender a Libras pode trazer proximidade com a pessoa surda, rompendo barreiras comunicativas existente entre profissionais da saúde e as pessoas que se comunicam pela Libras. Através do Decreto nº 5.526 a Libras passou a ser inserida como disciplina obrigatória para os cursos de graduação em fonoaudiologia e nos cursos de licenciatura, enquanto que para os demais cursos a disciplina é ofertada como optativa (MAZZU, 2020).

O contato com a pessoa surda poderá sensibilizar e potencializar a motivação de aprender Libras, o que contribui para a formação do estudante da área da saúde, desenvolvendo a capacidade crítica, reflexiva e criativa referente à atenção básica de saúde das pessoas surdas, além de manter a responsabilidade e o compromisso com as mudanças que ocorrem na sociedade.

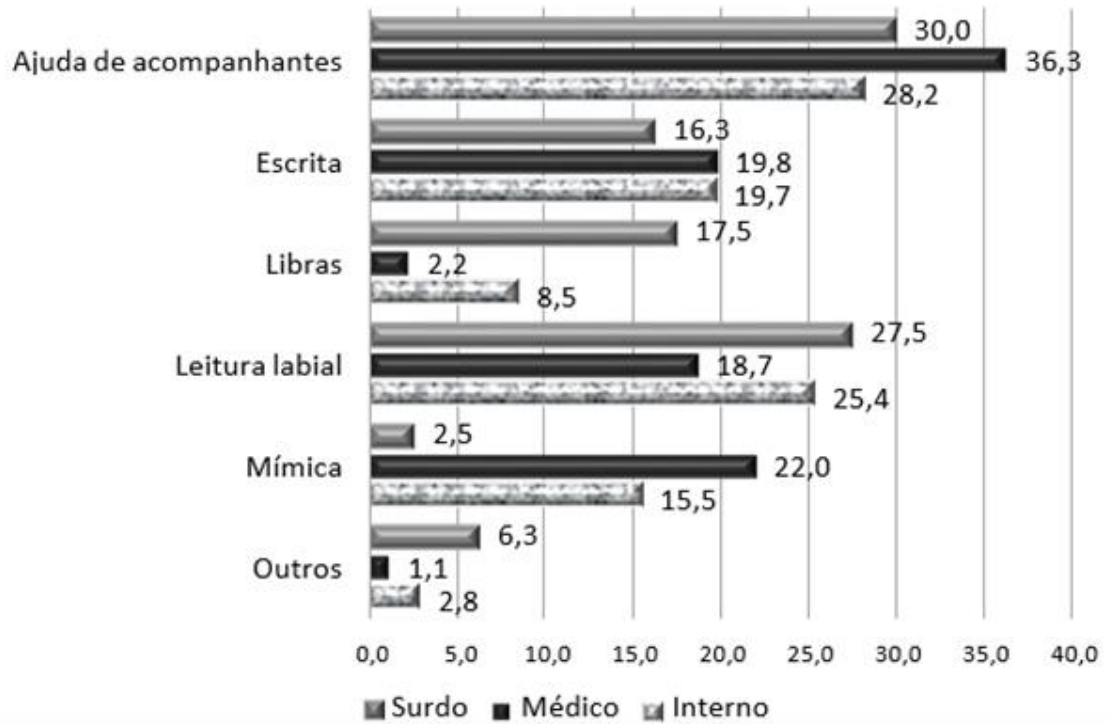
A tecnologia também é um recurso eficaz para a viabilidade da comunicação e a melhoria da comunicação entre Surdos e ouvintes, o que faz com que a tecnologia seja uma ferramenta na promoção da transformação social (OLIVEIRA et al., 2019). Através dos recursos tecnológicos disponíveis, os profissionais podem optar pelo uso materiais validados, construídos por grupos compostos por Surdos com domínio em Libras e profissionais intérpretes para auxílio nas atividades de educação em saúde para a população surda (MAGALHÃES, 2019).

Apesar da maioria dos profissionais relatarem algum desconforto no atendimento do paciente Surdo, (NOBREGA et al., 2017), alguns profissionais podem abordá-lo como qualquer outro indivíduo com dificuldade de comunicação e até mencionam que é desconfortável, e que sentem a mesma sensação ao atender qualquer outro indivíduo de comunicação difícil (PIRES et al., 2016).

Portando, segundo o estudo de Pereira et al (2020), além das necessidades especiais ao atendimento do Surdo, como uma boa comunicação, seja os recursos que os profissionais tiverem próximos a si, como uso de escrita, mímicas, sugerido que seria necessário utilizar um intérprete durante o atendimento, visto que este é o profissional habilitado para promover a comunicação durante o atendimento. De acordo com o estudo de Cotta (2019) alguns participantes mencionaram que gostariam de falar diretamente com os profissionais de saúde, sem a participação de mais uma pessoa durante a consulta, enquanto que outros declararam ter deixado de ir ao médico algumas vezes por não ter um acompanhante ou intérprete que pudesse auxiliá-los no momento da consulta, este fato também é apresentado nos Resultados de um estudo realizado por Nascimento (2015).

Alguns profissionais costumam não querer compreender as particularidades dos Surdos e não percebem que o atendimento deve ser individualizado e requer paciência (COTTA, 2019). Talvez seja pela demanda em que há a pressão das filas, e com isto um atendimento mais integral e completo fique a margem do tempo, pois esses profissionais precisam dar conta de toda a demanda do sistema SUS, a fim de garantir que todos que cheguem as unidades de saúde, sejam devidamente atendidos.

A interação profissional-paciente é composta de processos complexos e utiliza ferramentas verbais e não verbais para que ocorra uma troca de informações e entendimento e comunicação assertiva entre esses dois indivíduos. Essa interação eficiente ou não, pode influenciar no diagnóstico e na adesão ao tratamento terapêutico (PEREIRA et al., 2020). O gráfico 1 abaixo, demonstra os recursos utilizados durante o atendimento ao Surdo,

Gráfico 1: Estratégias utilizadas para comunicação durante atendimento segundo Pereira (2020).

Fonte: Pereira et al (2020)

Conforme demonstrado no Gráfico 1, a partir de um estudo sobre as principais ações utilizadas na abordagem durante o atendimento, que visam a participação de uma pessoa para auxiliar o Surdo, é a estratégia muito importante e uma das mais utilizadas de acordo com a opinião dos participantes. Embora, ter a presença de uma pessoa para ajudar e delegar a ele a missão de garantir uma comunicação assertiva entre o profissional e paciente merece uma atenção maior para ver se realmente isso é efetivo e o que pode ser melhorado.

No estudo de Pereira (2020), sobre a perspectiva dos Surdos à presença de acompanhante durante os atendimentos, 72,8% dos participantes de um estudo referiram a importância em levar alguém consigo nas consultas para facilitar o entendimento. Existe a necessidade deste indivíduo para garantir a segurança do Surdo paciente, diante das recomendações do tratamento, como um interlocutor durante a consulta, mas quando os assuntos são mais particulares, o Surdo se sente constrangido.

Esse mecanismo oferece um acolhimento efetivo e os princípios bioéticos de um atendimento eficaz que respeita a individualidade e autonomia do Surdo e tendo como foco o paciente, de forma integral. Segundo o Código de Ética da medicina⁴, o capítulo IV, artigo 24

⁴ Conselho Federal de Medicina. Código de Ética Médica. Resolução CFm no 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas resoluções CFm no 2.222/2018 e 2.226/2019. Brasília; 2018. p. 1-12.

decreta que: “é vedado ao médico deixar de garantir ao paciente o exercício do direito de decidir livremente sobre sua pessoa ou seu bem estar, bem como exercer sua autoridade para limitá-lo”. O intérprete de Libras pode auxiliar os profissionais a promover a autonomia do Surdo durante o atendimento.

A leitura labial é uma estratégia de comunicação muito utilizada pelos Surdos, como recurso a ser utilizado nas mais diversas situações do cotidiano (OLIVEIRA, 2015). E a linguagem escrita é mais difícil pois muitos Surdos não são alfabetizados com Língua Portuguesa, que é uma língua secundária para eles. E em situações como casos de violência, transtornos mentais ou afecções que envolvem a sexualidade do paciente, ao relatar a história, essa estratégia mostra-se menos eficiente porque pode aumentar os erros de interpretação. Em relação a utilização de mímica durante as consultas, é uma estratégia muito mais utilizada por parte dos profissionais, que também podem resultar em equívocos de compreensão, por isso os Surdos não gostam muito de utilizar (BRITO et al., 2010).

De acordo com Nascimento (2015) Libras é um dos recursos menos utilizados entre as estratégias utilizadas pelos profissionais de saúde, porque essa disciplina é ofertada apenas como optativa para a maioria dos cursos de graduação, sendo obrigatória somente nos cursos de graduação em fonoaudiologia e licenciatura (MAZZU, 2020). Como descrito nos resultados do gráfico 1, menos de um quinto dos profissionais da área da saúde, obtém algum conhecimento em Libras, o que constatou que os profissionais de saúde não possuem nem o conhecimento básico de Libras, e a grande maioria é despreparada para atender um paciente com surdez, de forma assertiva.

A língua de sinais⁵ faz parte da identidade da comunidade surda, por isso deve ser reconhecida por todos os profissionais. Alguns estudos defendem a inserção da Libras nos currículos de todos os cursos de saúde. A Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior (CNE/CES), de 20 junho de 2014, decretou como Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e definindo que os profissionais de saúde devem apresentar uma comunicação no mínimo adequada que envolva aspectos verbais e não verbais e habilidades de escrita e leitura, e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, decreta que Libras deve ser ofertada, durante a graduação médica, como disciplina curricular optativa.

⁵ As línguas de sinais são aquelas línguas gestuais-visuais que se caracterizam pelo uso das mãos, dos olhos, do rosto, da boca, enfim, do corpo todo. Elas são compostas por 5 (cinco) parâmetros (configuração de mão, ponto de articulação, movimento, orientação e expressão facial/corporal) que a distingue das línguas oral-auditivas. Segundo Strobel (1995, p.1). As línguas de sinais representam a resposta criativa das pessoas surdas para a experiência visual da surdez.

Outro achado infere que a contratação de profissionais intérpretes para fazer parte da equipe de saúde poderia auxiliar na consulta, reduzindo a necessidade de um familiar ou amigo nas consultas evitando o constrangimento dos Surdos (NASCIMENTO, 2015; GOMES et al., 2017). Além disso, Nascimento (2015) aponta que quando o intérprete estiver presente auxiliando na consulta é necessário que alguns pontos sejam observados como a fala e a atenção direcionada ao usuário e não ao intérprete, bem como evitar o uso de termos técnicos que são difíceis de traduzir e sempre perguntar ao Surdo se ele está compreendendo.

Muitas são as barreiras encontradas pelos Surdos nos serviços de saúde, principalmente nos processos comunicativos entre os profissionais de saúde e as pessoas surdas que buscam atendimento. No serviço à saúde, as práticas de cuidados e as habilidades de comunicação interpessoal são muito importantes, para que as dificuldades de comunicação e informação, não originem falhas no atendimento humanizado e inclusivo.

Os obstáculos se tornam ainda mais preocupantes quando uma comunicação inadequada pode comprometer o diagnóstico dos problemas de saúde e o tratamento do paciente. Assim, os obstáculos se tornam preocupantes quando existe uma comunicação ineficiente, compromete os problemas de saúde e o tratamento do paciente e o diagnóstico do paciente. Através de uma comunicação efetiva, o profissional compreenderá o que o paciente expressa e assim, pode ajudá-lo a reconhecer e enfrentar o seu problema de saúde. Quando em consulta, ao término, alguns pacientes não compreendem o seu problema, nem os motivos que levaram à indicação do remédio (NOBREGA et al., 2017).

Os Surdos, apresentam muitos sentimentos como: angústia, medo, insegurança e impaciência durante a consulta uma consequência em decorrência do despreparo dos profissionais para lidarem com essa clientela. Ademais, quanto mais longe estão os profissionais de saúde do universo de seus usuários, ou seja, quanto menos sabem realmente a respeito deles, maiores são os desconfortos quando lidam com essas pessoas. O referente às suas particularidades transpostas ao déficit sensorial impossibilita uma aproximação com esse outro com origem noutras dimensões - culturais, simbólicas, sociais - importantes para o cuidado.

Algumas atitudes para minimizar as barreiras de comunicação dos Surdos ainda são através de auxílio de um membro familiar ou amigo, para intermediar a consulta. Muitos relatam que as informações são passadas de forma parcial e que são privados de informações sobre sua saúde ou doença, prejudicando a sua autonomia. Mesmo que o acompanhante auxilie no atendimento, em alguns casos, pode atrapalhar o Surdo e deixá-lo em uma atitude de

passividade, invadindo o espaço da consulta, interferindo na relação entre o profissional e o Surdo (PIRES et al.,2016).

Uma minoria recorre ao serviço particular de interpretação, pois acaba sendo um serviço inviável. E muitos comunicam que ainda há despreparo do profissional ouvinte para lidar com Libras, ou mesmo da ausência de intérpretes nos serviços, fazendo com que os Surdos, apelem para a escrita para viabilizar o atendimento. Portanto, as mímicas e gestos são sinais de comunicação não verbais fundamentais que podem ser um recurso para auxiliar nas dificuldades comunicativas que ocorrem durante a consulta. Algumas estratégias como na Tabela 2, abaixo, são utilizadas durante o atendimento ao Surdo, durante a assistência à Saúde,

Tabela 2. Recursos Comunicativos utilizados pelos profissionais da saúde segundo Pires (2016)

Meios DE COMUNICAÇÃO	Usam	%
Mímica	-	-
Desenho	-	-
Escrita	26	100
Libras	-	-
Acompanhante	26	100
Total	26	100

Fonte: Pires et al (2016)

Dessa forma, as mensagens pequenas são de fácil compreensão, pelo emprego desses recursos é possível reconhecer sinais universais como expressão de dor, mas exigem esforços para que ocorra a compreensão adequada. De efeito, o auxílio de terceiros por telefone é uma estratégia quando o assunto é sobre explicação da prescrição dos medicamentos. Para muitos Surdos, a língua portuguesa escrita é algo muito difícil assim como o acesso ao sistema educacional. Assim, estratégias comunicacionais que possibilitam uma melhor compreensão e facilitam o acesso ao cuidado.

Por isso a importância de profissionais capacitados nessas habilidades porque isso reduzirá possíveis barreiras. Estratégias simples, como um painel visual no serviço com a entrega de senhas e a comunicação entre a recepção e os profissionais avisando que o Surdo está na sala de espera, são de grande valia para viabilizar o acesso aos serviços. A seguir serão expostas sugestões para assistência à pessoa surda, que podem ser adotadas nos pontos de atenção da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (PIRES et al., 2016).

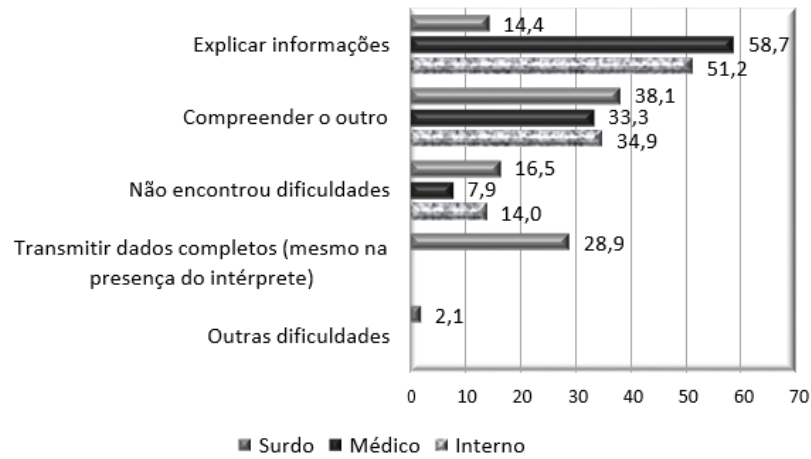
As sugestões para melhoria da assistência nos serviços de saúde, iniciam com a função do Governo em incentivar e propiciar a acessibilidade. Uma das estratégias, é o emprego da língua de sinais nos pontos de atenção à saúde com a inserção de intérpretes de língua de sinais, ou por profissionais capacitados. Sendo assim, é necessário que o Governo invista na formação dos profissionais dessa modalidade comunicativa. Assim, a inclusão do Surdo, ou do intérprete de língua de sinais, nos serviços de saúde, é essencial para que haja interação contínua e comunicação efetiva durante o processo de atendimento deste público.

Quanto ao trabalho profissional do intérprete de língua de sinais nos serviços de saúde, no ano de 2014, os municípios de Juazeiro do Norte e Fortaleza iniciaram um trabalho de Interpretação de Libras para atendimento aos Surdos, e em 2016, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas também passa a adotar esse serviço. De acordo com o Ministério Público do Ceará, o ano de 2016, inaugurou uma central de ajuda aos Surdos (NOBREGA et al., 2017).

Segundo um estudo realizado em relação ao atendimento aos Surdos, seis profissionais da saúde, sendo quatro (66,7%) internos e dois (33,3%) médicos, mencionaram que sentem desconfortáveis e inseguros quanto ao atendimento ao Surdo e 49 indivíduos sendo 24 internos (49%) e 25 médicos (51,0%), afirmaram que, apesar da dificuldade na comunicação, mantiveram-se seguros quanto ao atendimento e 22 indivíduos do núcleo de medicina, sendo seis internos (27,2%) e 16 (72,7%) médicos, referiram que se sentem confortáveis.

O Gráfico 2 mostra as dificuldades encontradas durante o atendimento na visão dos profissionais da saúde e dos participantes Surdos. A maior dificuldade encontrada, foi em explicar informações sobre a doença, como o tratamento terapêutico e esclarecimentos gerais sobre uso de medicações. Em relação à dificuldade de compreender o outro, 33,3% (21) dos médicos e 34,9% (15) dos internos referiram muitas dificuldades em compreender o paciente, e 38,1% (37) dos Surdos afirmaram que têm dificuldade para entender o que profissional quer dizer.

Gráfico 2. Dificuldades encontradas durante atendimento médico



Fonte: Pereira et al (2020)

Outra dificuldade relatada pelos Surdos é na questão de como ter segurança para realizar o tratamento terapêutico proposto pelo profissional. De todos os Surdos entrevistados, 55,5% (45) afirmaram deixaram de ir ao médico por medo de não serem compreendidos e começarem a sentirem como dor, desconforto ou angústia. E outros 72,8% (59) falaram que é natural eles levarem acompanhantes à consulta médica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a relação entre profissionais da saúde e o Surdo por meio das perspectivas de ambos. As análises partiram da verificação atenta dos estudos produzidos entre 2010 e 2021 sobre Surdo, saúde e assistência. Uma das percepções é o fato dos profissionais médicos e outros da área da saúde parecerem não perceber de forma integral todas as consequências da não comunicação com os indivíduos Surdos. Comportando-se de forma mais distante e ausente, deixando assim de contribuir com a inclusão destes sujeitos, bem como oferecer um atendimento mais adequado e bem conduzido.

Para os Surdos, uma das bases do atendimento humanizado e integral em saúde é a relação direta entre profissional e o paciente através de uma comunicação eficaz, facilitada pelo conhecimento do profissional a respeito da língua principal do paciente ou por mediação de profissionais intérpretes que possam promover essa interação, visto que muitos apontam essa falta de comunicação como fator principal que dificulta a compreensão de suas necessidades.

Outro aspecto encontrado nesta pesquisa é que alguns profissionais parecem ser mais sensíveis em relação a deficiência e ao sofrimento dos Surdos durante os atendimentos. Muitos profissionais, como vistos nos artigos de embasamento teórico, disseram que é muito difícil atender essa demanda e ainda relatam suas angústias e inseguranças na preocupação com o atendimento e a satisfação no atendimento desses indivíduos. O problema parece ser sempre o mesmo, a falta de preparação e formação dos profissionais da área da saúde, não apenas em possuírem incentivo para aprenderem a Libras, mas em não ter no setor da saúde um profissional adequado e especializado para atender essa demanda, no caso o Tradutor e intérprete de Libras.

Embora existam disciplinas de cuidados paliativos, falta também profissionais que saibam se comunicar em Libras, e ainda parece não haver relação entre o manejo no cuidado e atenção aos Surdos. Deixar os acadêmicos da área da saúde conviver com as mais diversas situações reais de vulnerabilidade dos Surdos e as patologias referentes a surdez, poderia ser um caminho para o treino de suas habilidades e capacidades profissionais, na assistência e promoção de atendimento eficiente a eles.

Uma outra estratégia poderia ser a prática de atendimento para a população com deficiência como uma proposta a ser inserida nos currículos acadêmicos. Por fim, a partir das análises de conteúdo dos artigos, nos argumentos e narrativas encontrada, foi possível constatar a complexidade do contexto de atendimento e todas as situações complexas e negativas que

envolvem a relação profissional da saúde sobre o bem-estar e a qualidade de vida deste indivíduo.

Este estudo reforça que para promover a garantia de forma verdadeira e efetiva na prática a acessibilidade do usuário Surdo aos serviços de saúde, em todos os níveis de atenção é necessário que exista, um efeito de um planejamento interdisciplinar entre todas as áreas da saúde, com incentivo para a formação de profissionais com a competência em Libras, da contratação efetiva de intérpretes qualificados e muito bem preparados, para garantir a assistência integral ao Surdo em serviços de saúde, promovendo a inclusão e familiarização junto com as tecnologias digitais para interpretação, tradução entre Libras e Português.

Como sugestão de estudos futuros, uma pesquisa sobre quais são os fatores que estão levando o aumento da população surda no Brasil e no Mundo e quais são as estratégias que a área da saúde está realizando para reduzir as dificuldades da inserção destes à sociedade e quais abordagens utilizarão para evitar a falta de comunicação e interpretação incorreta com os Surdos, maximizando o atendimento e promovendo uma assistência na integralidade.

A partir da realização deste estudo, aprendemos que a comunicação configura o grande desafio gerador de dificuldades relacionadas à assistência à saúde do Surdo. E como visto no decorrer da pesquisa, essa população é assegurada por leis e decretos que garantem o direito à saúde, no entanto esse direito não é garantido na sua totalidade, visto que em determinados momentos nos quais os Surdos buscaram atendimento nos serviços de saúde, não havia profissionais capacitados para lhes receber.

REFERÊNCIAS

- ARAGON, Carmelina Aparecida; SANTOS, Isabela Bagliotti. Deficiência auditiva/surdez: conceitos, legislações e escolarização. **Educação, Batatais**, v. 5, n. 2, p. 119-140, 2015.
- BISOL, Cláudia e SPERB, Tania Mara. Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** [online]. 2010, v. 26, n. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100002>. Acesso em: 28 jan. 2022.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no. 793, de 24 de abril de 2012. **Institui a rede de cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do sistema único de saúde**. Diário Oficial da União 24 de Abril, 2012. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm>. Acesso: 28 jan. 2022.
- BRITTO, Fernanda da Rocha; SAMPERIZ, Maria Mercedes Fernandez. Dificuldades de comunicação e estratégias utilizadas pelos enfermeiros e sua equipe na assistência ao deficiente auditivo. **Revista Einstein**, São Paulo, 2010, 8. Jg., S. 80-85.
- CAVAGNA, Vitor Machado et al. O paciente surdo e suas vivências no sistema de saúde: uma interface com a enfermagem. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 80, n. 18, 2017.
- CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 39, p. 417-422, 2005.
- COTTA, Bruna Stefane Silva et al. A dificuldade no atendimento médico às pessoas surdas. **Revista Interdisciplinar Ciências Médicas**, v. 3, n. 1, p. 3-9, 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica**. Resolução CFM no 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas resoluções CFM no 2.222/2018 e 2.226/2019. Brasília; 2018. p. 1-12.
- DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGICAS, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde. **Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência**. 2 a Ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2006.
- FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. 2 ed. Curitiba: Ibplex, 2011.
- GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda; São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GOMES, Letícia Ferreira et al. Conhecimento de Libras pelos Médicos do Distrito Federal e Atendimento ao Paciente Surdo. **Revista Brasileira de Educação Médica** [online]. 2017, v. 41, n. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v41n3RB20160076>. ISSN 1981-5271.

MAGALHAES, Isabella Medeiros de Oliveira et al. Validação de tecnologia em libras para educação em saúde de surdos. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 32, n. 6, p. 659-666, 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed.rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, Mônica Astuto Lopes. **Relação professor surdo/alunos surdos em sala de aula: análise das práticas bilíngues e suas problematizações**, 2010. Dissertação (Mestrado) UNIMEP, São Paulo. 2010.

MAZZU-Nascimento, Thiago et al. Fragilidade na formação dos profissionais de saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais: reflexo na atenção à saúde dos surdos. **Audiology Communication Research** [online]. 2020, v. 25

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social – Teoria e Criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. Disponível em: wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisasocial.pdf. Acesso em: 30 out. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Ensino de língua portuguesa para surdos**. Brasília; 2002. v.1.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria n o 116, de 9 de setembro de 1993. Inclui no Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde – SIA/SUS a concessão de órteses e próteses. **Diário Oficial da União** 1993; 10 set.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da educação dos surdos no Brasil. **Seminário de Pesquisa do PPE**. Universidade Estadual de Maringá, v. 2, 2015.

NASCIMENTO, Gicélia Barreto; DE OLIVEIRA FORTES, Luciana; KESSLER, Themis Maria. Estratégias de comunicação como dispositivo para o atendimento humanizado em saúde da pessoa surda. **Saúde (Santa Maria)**, v. 41, n. 2, p. 241-250, 2015.

NEVES, Dayane Bevilaqua; FELIPE, Ilana Mirian Almeida; NUNES, Serlyjane Penha Hermano. Atendimento aos surdos nos serviços de saúde: acessibilidade e obstáculos. **Infarma**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 157-165, 2016.

NOBREGA, Juliana Donato; MUNGUBA, Marilene Calderaro; PONTES, Ricardo José Soares. Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 30, n. 3, 2017.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de; CELINO, Suely Deysny de Matos; COSTA, Gabriela Maria Cavalcanti. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online]. v. 25, n. 1, p. 307-320, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000100017>. ISSN 0103-7331. Acesso em: 14 Jul. 2022.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de et al. Conhecimento e fonte de informações de pessoas surdas sobre saúde e doença. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. 2015, v.

19, n. 54. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0265>. Acesso em: 27 jan. 2022.

OLIVEIRA, Efigênia Cristina Pereira de; ANDRADE, Erci Gaspar da Silva. Comunicação do profissional de enfermagem com o deficiente auditivo. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, v. 5, n. 1, p. 30-38, 2016.

OLIVEIRA, Josias P. et al. A utilização do aplicativo Hand Talk como ferramenta de apoio aos professores de ciências na educação inclusiva. **Revista Interdisciplinar de Tecnologias e Educação**, v. 5, n. 1, p. 14, 2019.

PIRES, Hindhiara Freire; ALMEIDA, Maria Antonieta Pereira Tigre. A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 5, n. 1, 2016.

SALES, Adriane M; SANTOS, Lara Ferreira dos; ALBRES, Neiva de Aquino; JORDÃO, Uiara Vaz. **Deficiência auditiva e surdez: visão clínica e educacional**. Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, São Paulo, 2010.

SKLIAR, Carlos (2015). A Invenção e a Exclusão da Alteridade “deficiente” a partir dos Significados da Normalidade. **Educação & Realidade**, 24(2). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/55373>.

SOARES, Imaculada pereira et al. como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário surdo. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 32, e25978, 2018. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502018000100334&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 jul. 2022.

SOLEMAN, Carla; BOUSQUAT, Aylene. Políticas de saúde e concepções de surdez e de deficiência auditiva no SUS: um monólogo? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. e00206620, 2021.

TEDESCO, Janaina dos Reis; JUNGES, José Roque. Desafios da prática do acolhimento de surdos na atenção primária. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, p. 1685-1689, 2013.

World Health Organization. **Prevention of blindness and deafnes: estimates** [Internet]. Genebra: WHO; 2018. Disponível em: <https://www.who.int/deafness/estimates/en/>. Acesso em: 19 nov. 2021.